



DAIANE NOGUEIRA DE LIRA

Supervisora do Fórum Nacional do Judiciário para a Saúde

Conselheira do CNJ

gab.daianelira@cnj.jus.br

O Fórum Nacional do Judiciário para a Saúde (Fonajus) foi criado pela Resolução CNJ n. 107/2010 e tem o objetivo de elaborar estudos e propor medidas concretas e normativas para o aperfeiçoamento de procedimentos, o reforço à efetividade dos processos judiciais e a prevenção de novos conflitos na área da Saúde Pública e Suplementar.



Tipo Todos	Ramo de Justiça Todos	Órgão Julgador Todos
Ano Todos	Tribunal Todos	Tipo de Unidade Todos
Formato Todos	Grau Todos	Classificação da Unidade Todos
Natureza Todos	UF, Município Todos	Competência Exclusiva Todos

Temas

Saúde

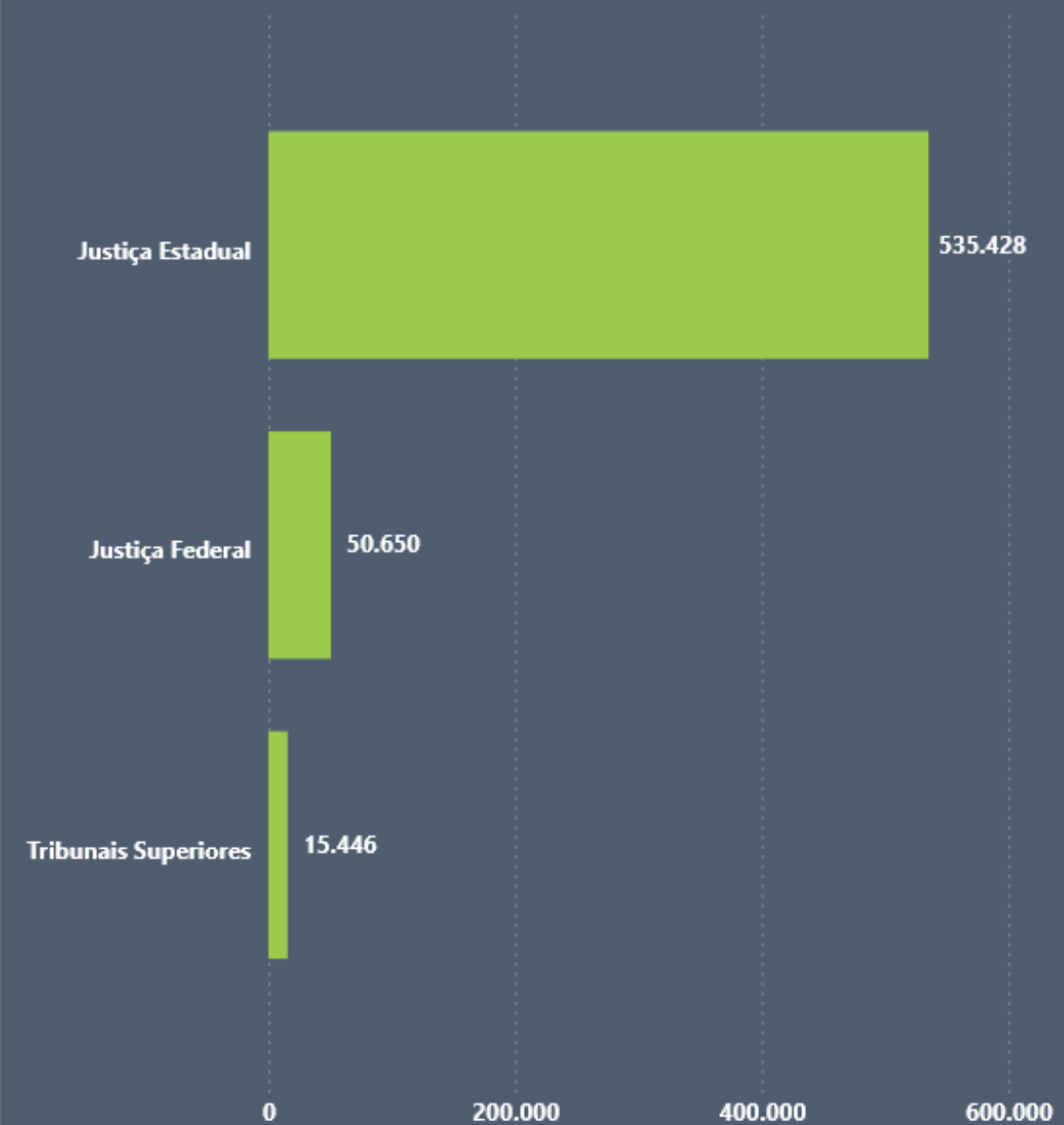
Saúde Pública

Saúde Suplementar

Dados até 31/10/2025

Pendentes em 31/10/2025		Julgados em 2025	Saídas em 2025	
912.883	828.533	601.834	594.854	
Total	Líquidos		Baixados	
670 dias	522 dias	284 dias	406 dias	
Tempo Médio do Pendente	Tempo Médio do Pendente Líquido	Tempo Médio do Primeiro Julgamento	Tempo Médio da Primeira Baixa	
Entradas em 2025	Índ. Atendimento à Demanda	Tx. de Congestionamento em 31/10/2025		
601.524	97,8%	56,8%	54,4%	
Novos		Bruta	Líquida	

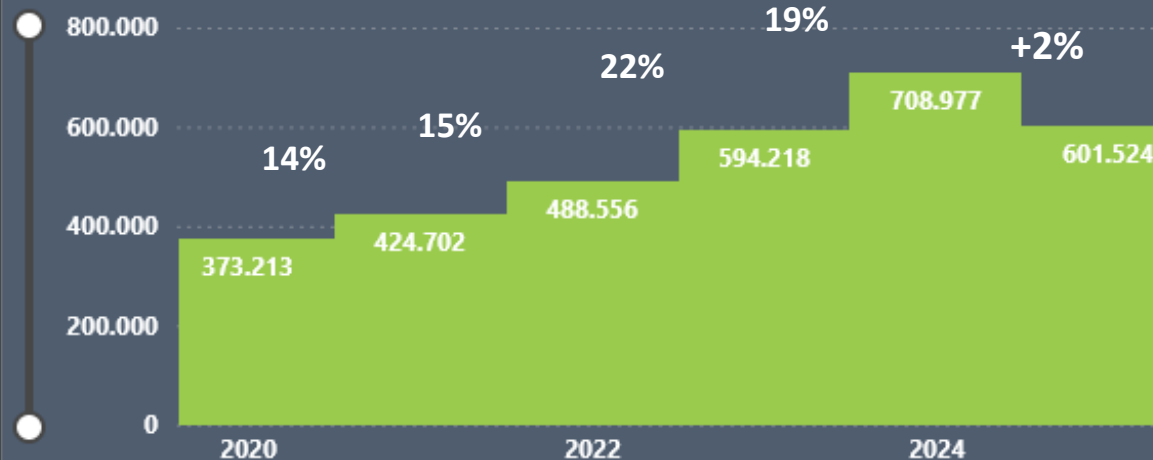
Quantidade de casos novos por Ramo, Tribunal, Grau e Órgão Julgador



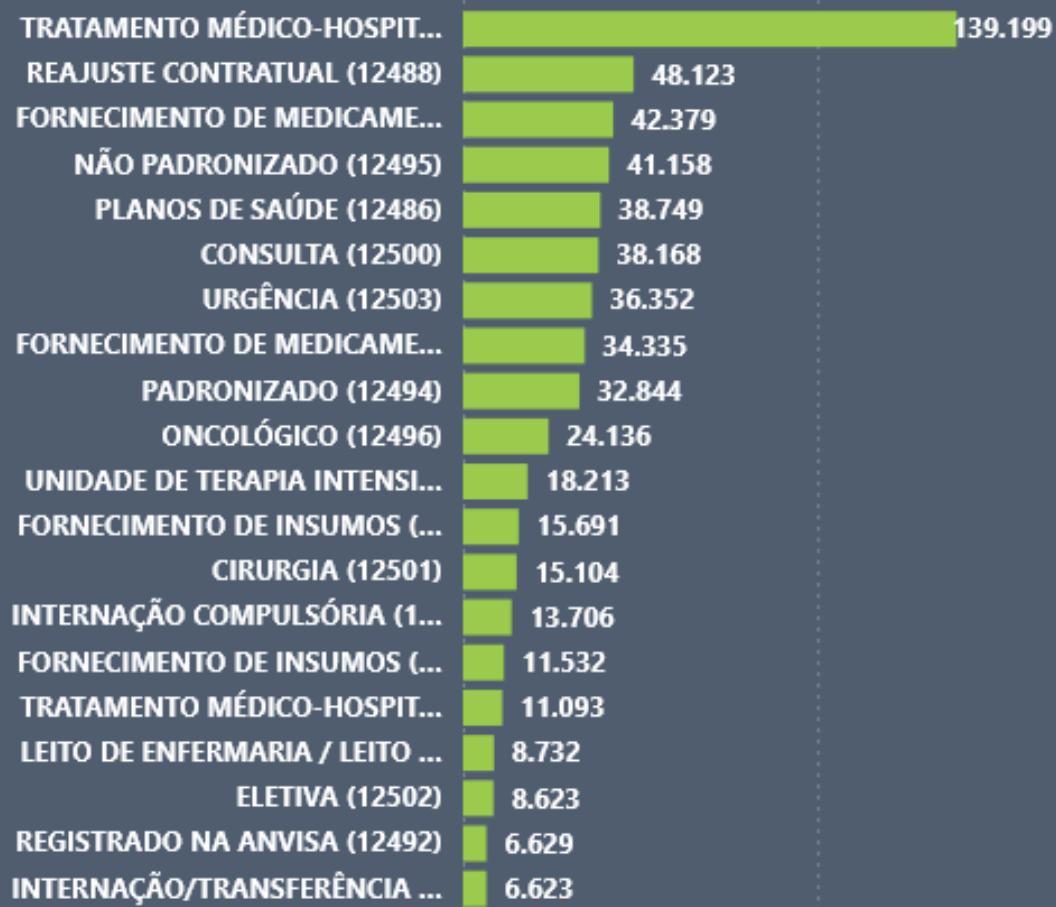
Quantidade de casos novos por grau



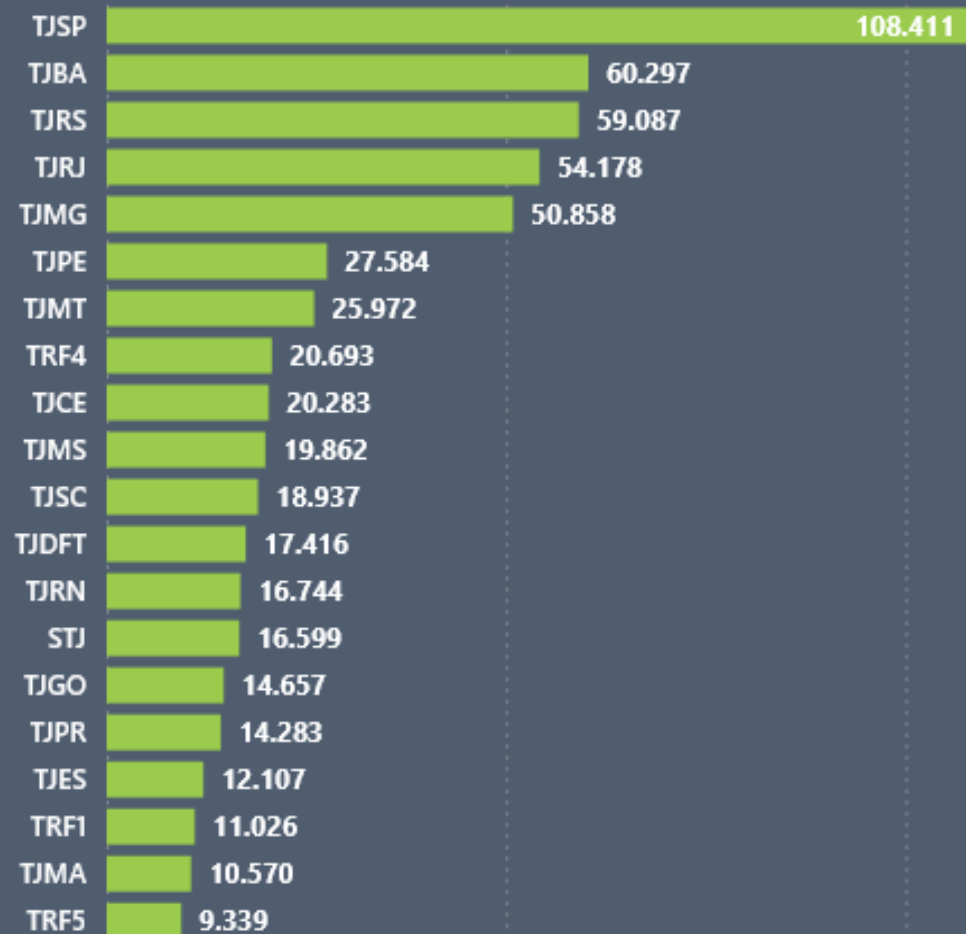
Quantidade de casos novos por ano (2025 até outubro)



Quantidade de casos novos por assunto



Incidência de assuntos em casos novos por tribunal



Tipo

Todos

Ramo de Justiça

Todos

Órgão Julgador

Todos

Ano

Todos

Tribunal

Todos

Tipo de Unidade

Todos

Formato

Todos

Grau

Todos

Classificação da Unidade

Todos

Natureza

Todos

UF, Município

Todos

Competência Exclusiva

Todos

Temas



Saúde



Saúde Pública



Saúde Suplementar

Dados até 31/10/2025

Pendentes em 31/10/2025

507.597

Total

456.826

Líquidos

Julgados em 2025

319.946

Saídas em 2025

325.656

Baixados

711 dias

Tempo Médio do Pendente

558 dias

Tempo Médio do Pendente Líquido

310 dias

Tempo Médio do Primeiro Julgamento

435 dias

Tempo Médio da Primeira Baixa

Entradas em 2025

309.478

Novos

Índ. Atendimento à Demanda

104,0%

Tx. de Congestionamento em 31/10/2025

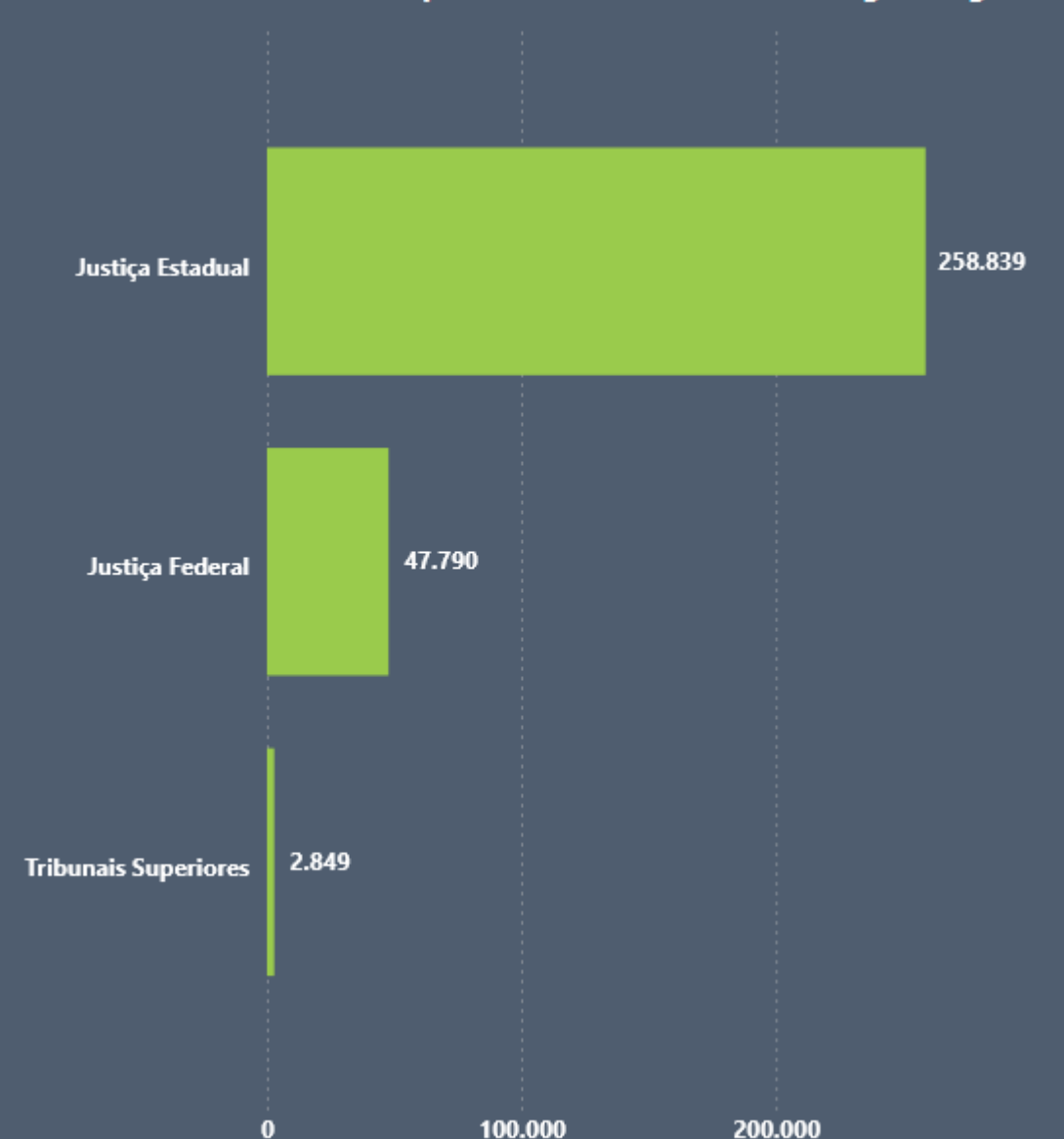
57,1%

Bruta

54,5%

Líquida

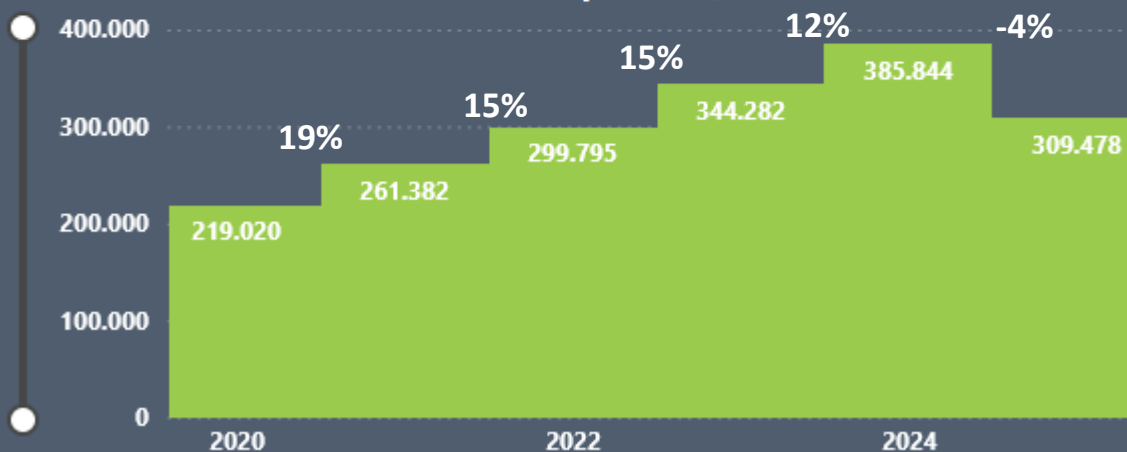
Quantidade de casos novos por Ramo, Tribunal, Grau e Órgão Julgador



Quantidade de casos novos por grau



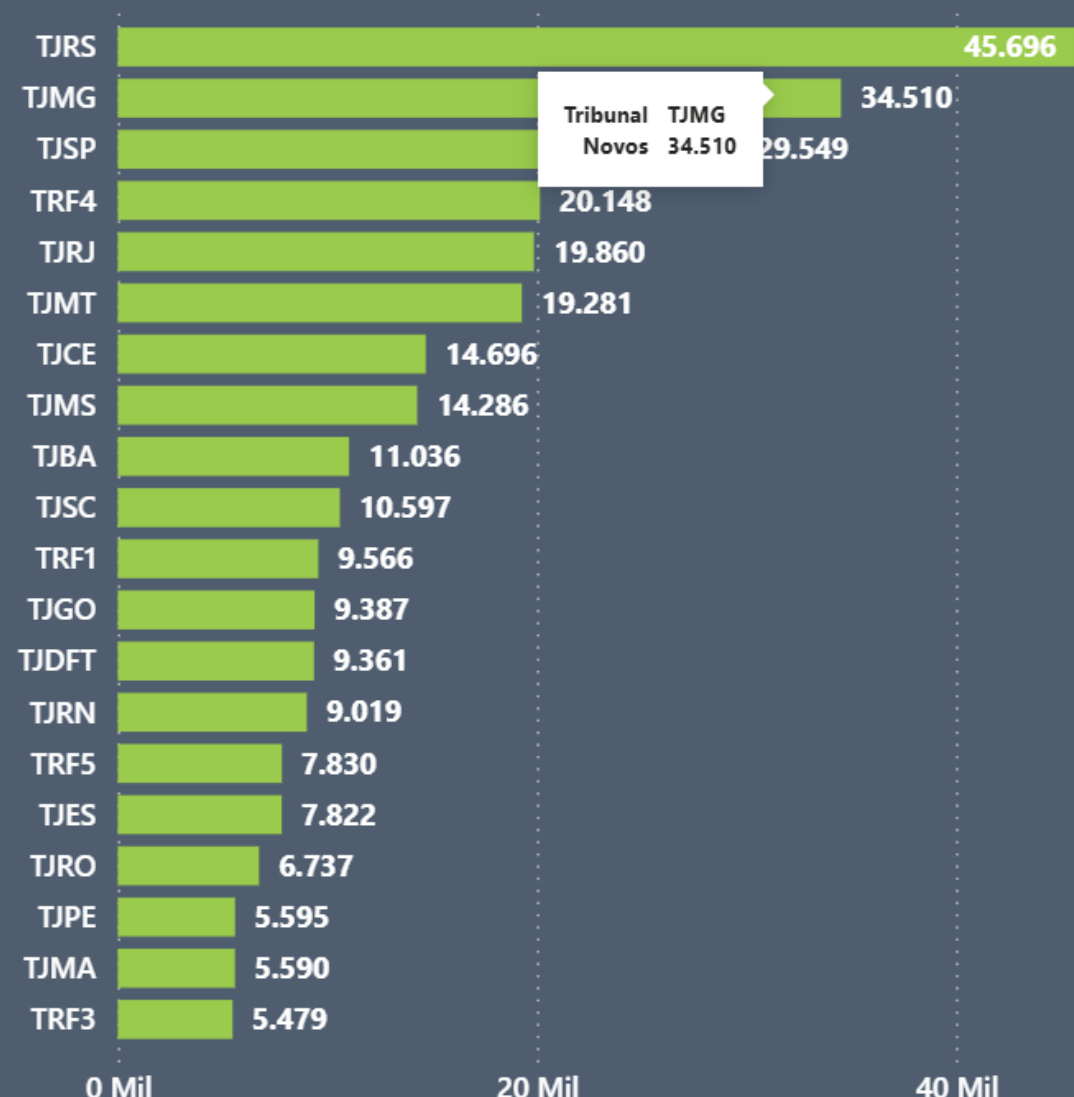
Quantidade de casos novos por ano (2020 até outubro)

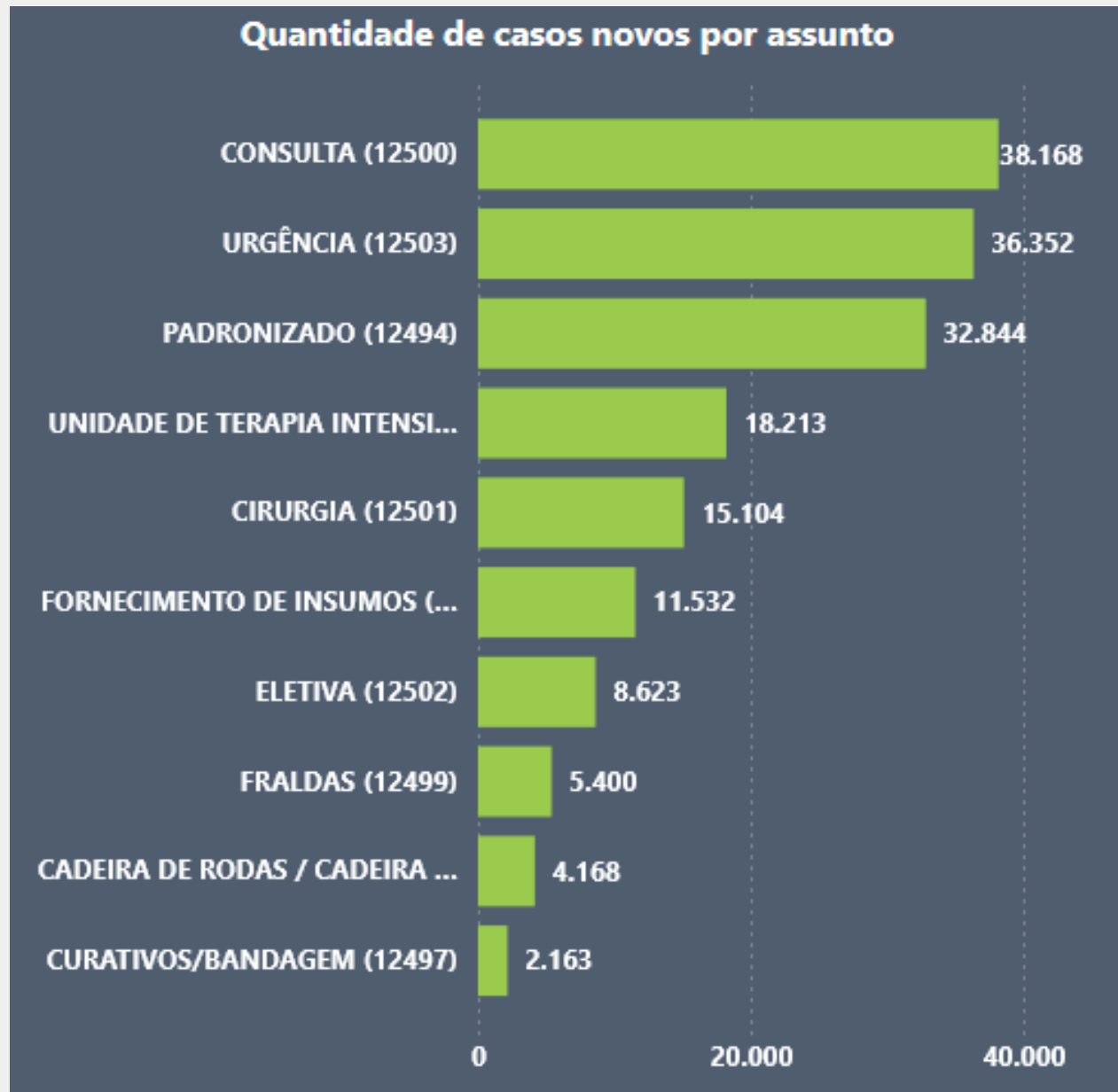


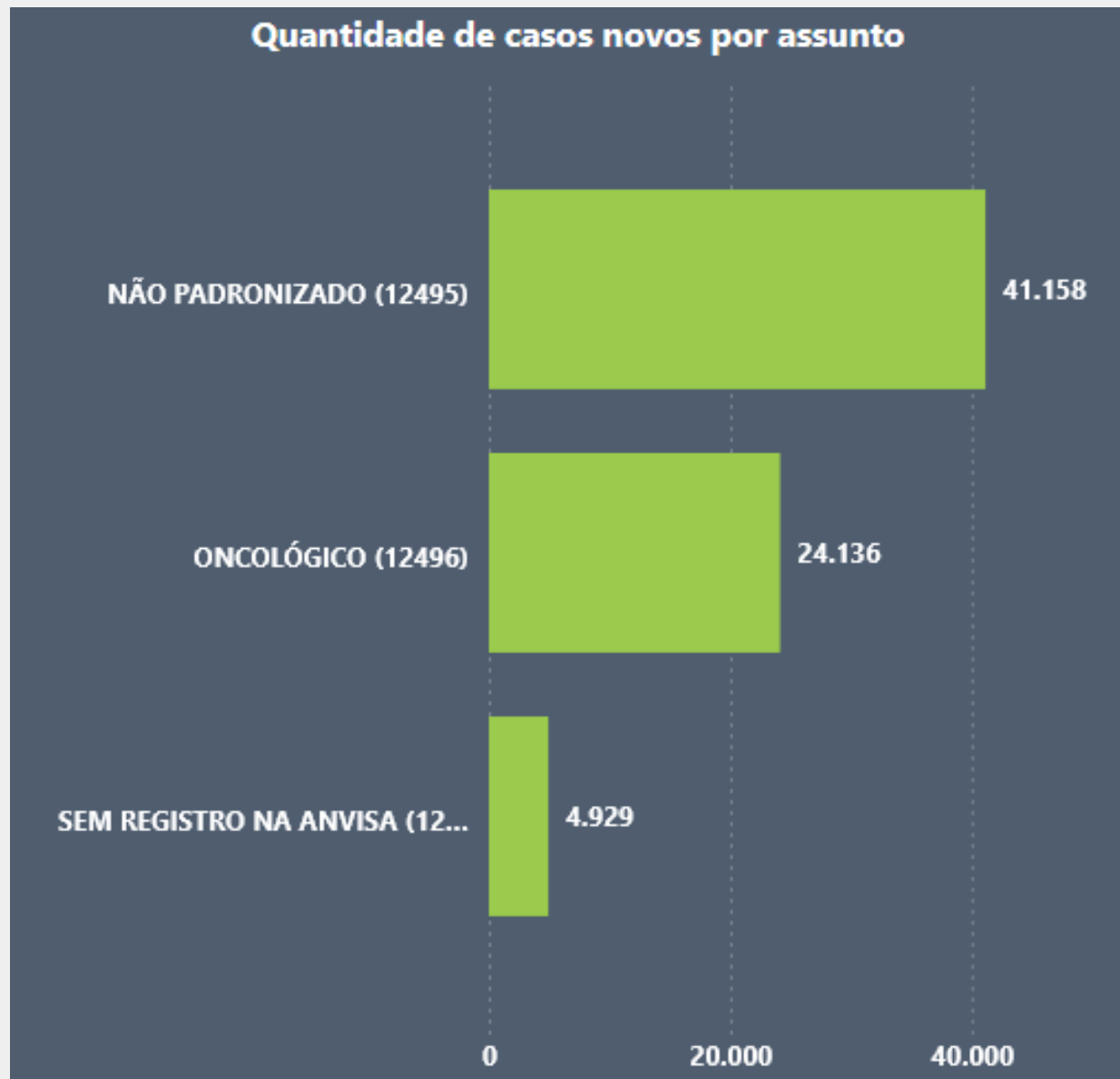
Quantidade de casos novos por assunto



Incidência de assuntos em casos novos por tribunal







Tipo

Todos

Ramo de Justiça

Todos

Órgão Julgador

Todos

Ano

Todos

Tribunal

Todos

Tipo de Unidade

Todos

Formato

Todos

Grau

Todos

Classificação da Unidade

Todos

Natureza

Todos

UF, Município

Todos

Competência Exclusiva

Todos

Temas

Saúde

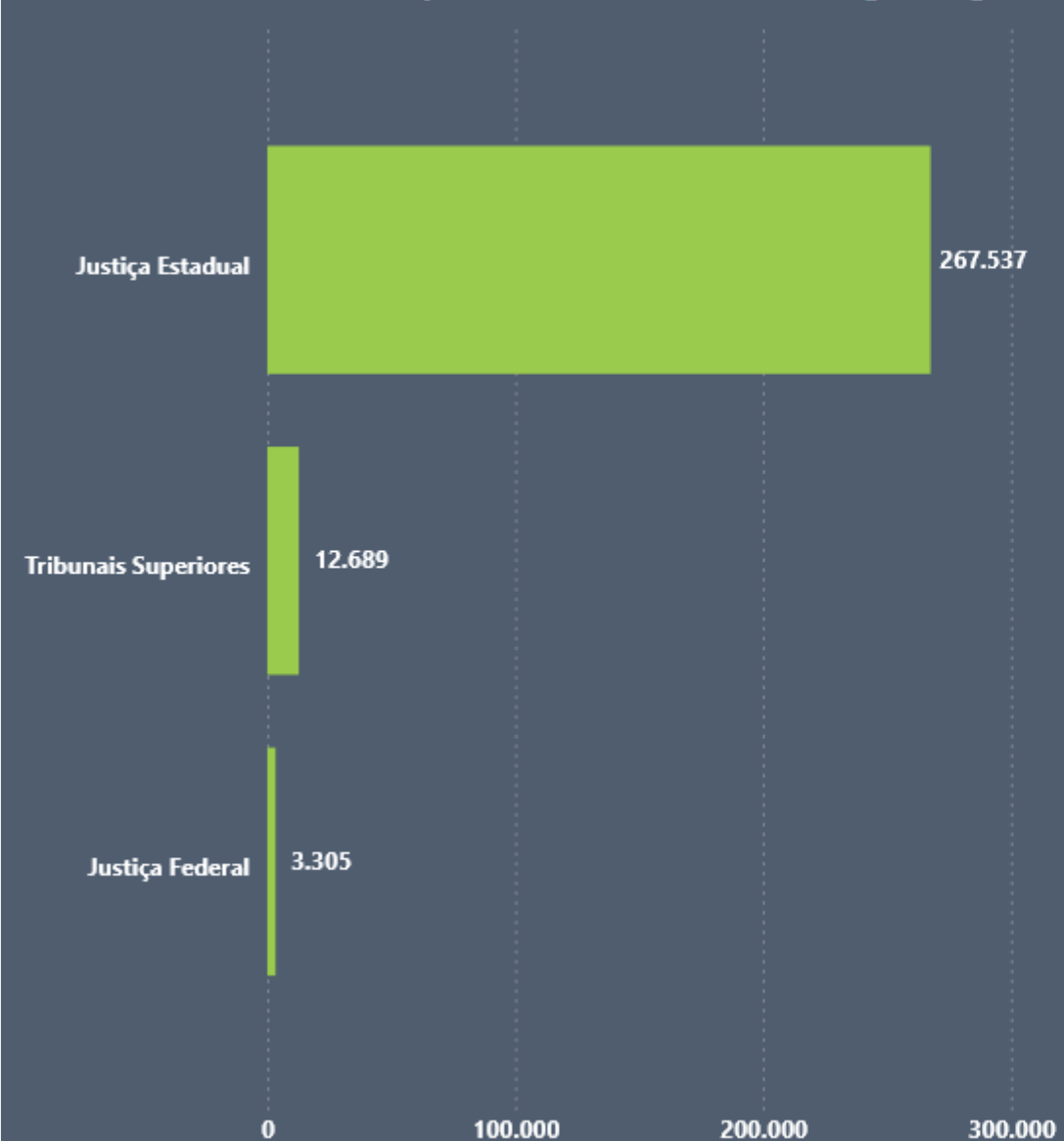
Saúde Pública

Saúde Suplementar

Dados até 31/10/2025

Pendentes em 31/10/2025		Julgados em 2025	Saídas em 2025	
391.577	357.972	273.677	260.993	
Total	Líquidos		Baixados	
629 dias	484 dias	251 dias	369 dias	
Tempo Médio do Pendente	Tempo Médio do Pendente Líquido	Tempo Médio do Primeiro Julgamento	Tempo Médio da Primeira Baixa	
Entradas em 2025		Índ. Atendimento à Demanda		Tx. de Congestionamento em 31/10/2025
283.531	91,1%	56,4%	54,2%	
Novos		Bruta	Líquida	

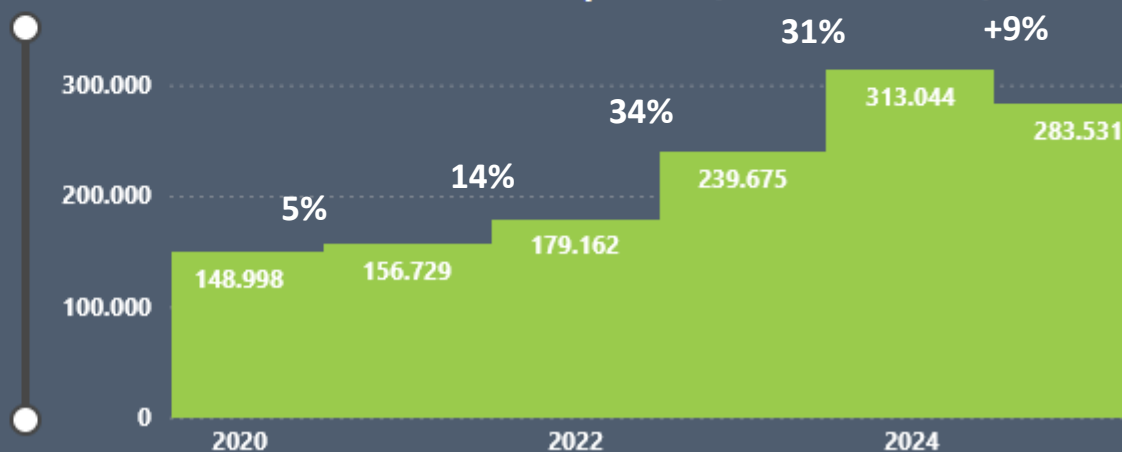
Quantidade de casos novos por Ramo, Tribunal, Grau e Órgão Julgador



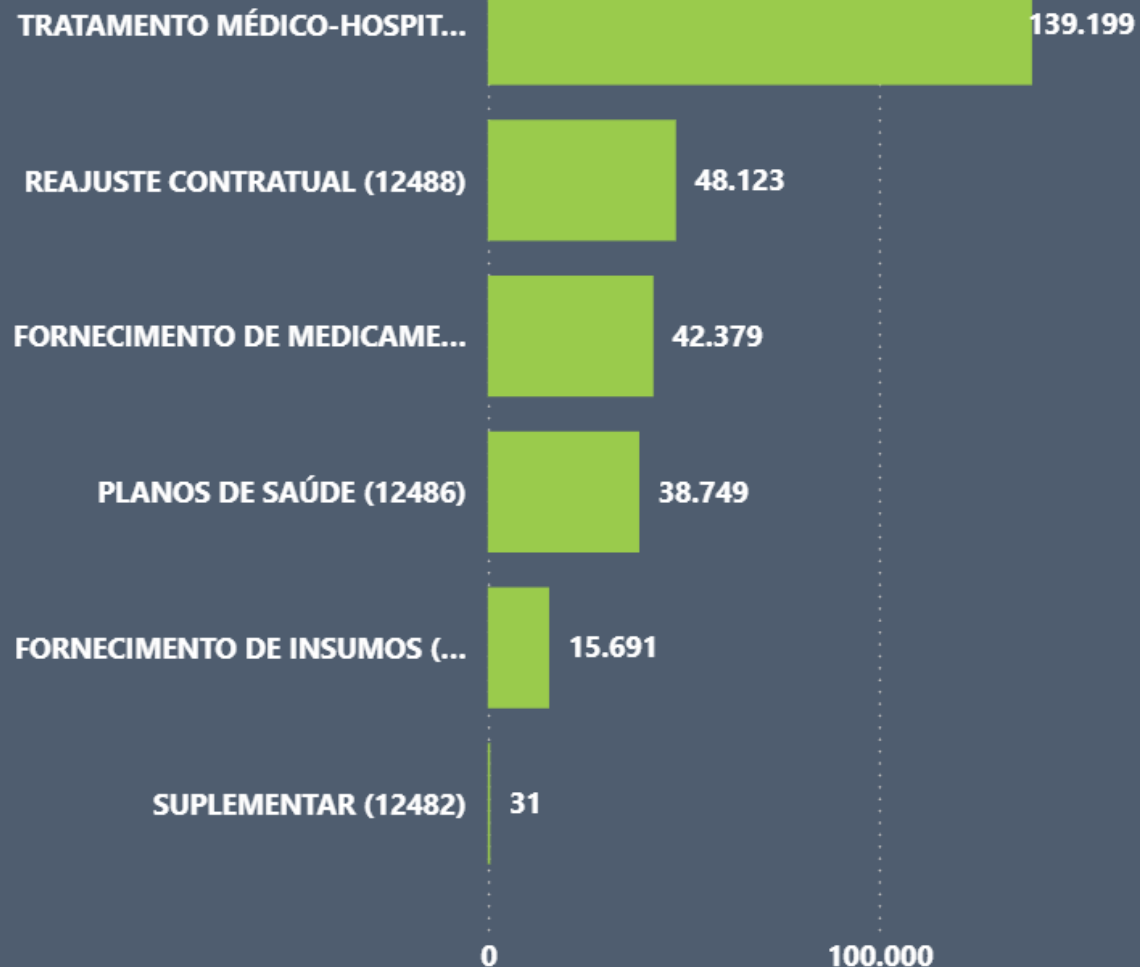
Quantidade de casos novos por grau



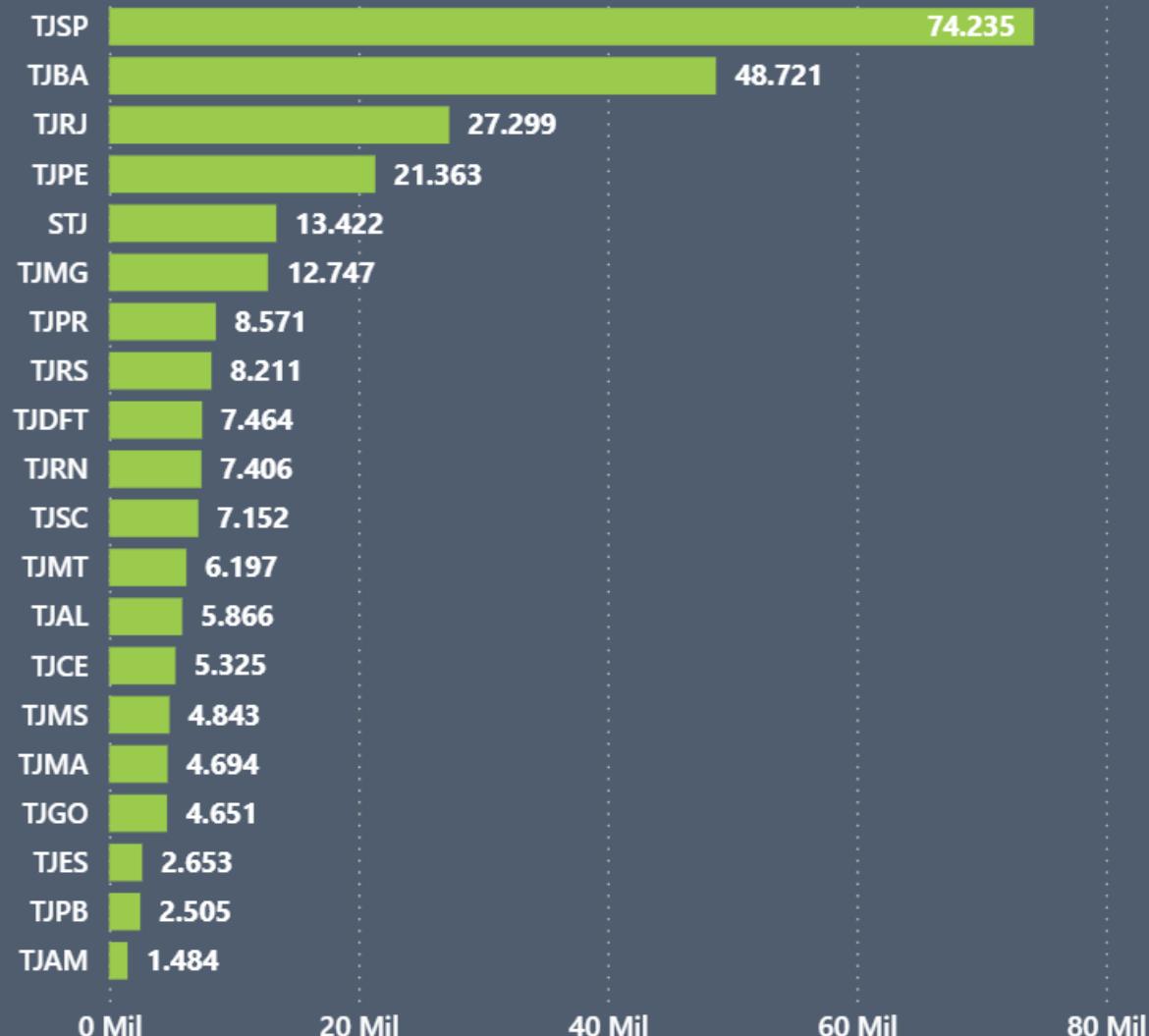
Quantidade de casos novos por ano (2025 até outubro)



Quantidade de casos novos por assunto



Incidência de assuntos em casos novos por tribunal



Novo cenário

SÚMULA VINCULANTE

SV 60 - “O pedido e a análise administrativos de fármacos na rede pública de saúde, a judicialização do caso, bem ainda seus desdobramentos (administrativos e jurisdicionais), devem observar os termos dos 3 (três) acordos interfederativos (e seus fluxos) homologados pelo Supremo Tribunal Federal, em governança judicial colaborativa, no tema 1.234 da sistemática da repercussão geral (RE 1.366.243)”.

SV 61 - “A concessão judicial de medicamento registrado na ANVISA, mas não incorporado às listas de dispensação do Sistema Único de Saúde, deve observar as teses firmadas no julgamento do Tema 6 da Repercussão Geral (RE 566.471).”

Novo cenário

DECISÃO DE CARÁTER VINCULANTE

Lei 14.454/2022 – Os planos de saúde devem autorizar tratamentos não previstos na lista da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), desde que sigam todos os cinco critérios técnicos definidos pelo Tribunal:

- o tratamento deve ser prescrito por médico ou odontólogo assistente;
- o tratamento não pode ter sido expressamente negado pela ANS nem estar pendente de análise para sua inclusão no rol;
- não deve haver alternativa terapêutica adequada no rol da ANS;
- o tratamento deve ter **comprovação científica de eficácia e segurança**;
- o tratamento deve ser registrado na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).



OITIVA PRÉVIA DO NATJUS

TEMA 6 - 3. Sob pena de **nulidade da decisão judicial**, nos termos do artigo 489, § 1º, incisos V e VI, e artigo 927, inciso III, § 1º, ambos do Código de Processo Civil, o Poder Judiciário, ao apreciar pedido de concessão de medicamentos não incorporados, **deverá obrigatoriamente:** [...]


(b) aferir a presença dos requisitos de dispensação do medicamento, previstos no item 2, a partir da **prévia consulta ao Núcleo de Apoio Técnico do Poder Judiciário (NATJUS)**, sempre que disponível na respectiva jurisdição, ou a entes ou pessoas com expertise técnica na área, não podendo fundamentar a sua decisão unicamente em prescrição, relatório ou laudo médico juntado aos autos pelo autor da ação; e


ADI 7265 - 3. (...) Sob pena de **nulidade da decisão judicial**, nos termos do art. 489, §1º, V e VI, e art. 927, III, §1º, do CPC, o Poder Judiciário, ao apreciar pedido de cobertura de procedimento ou tratamento não incluído no rol, **deverá obrigatoriamente:**


(c) aferir a presença dos requisitos previstos no item 2, a partir de **consulta prévia ao Núcleo de Apoio Técnico do Poder Judiciário (NATJUS)**, sempre que disponível, ou a entes ou pessoas com expertise técnica, não podendo fundamentar sua decisão apenas em prescrição, relatório ou laudo médico apresentado pela parte; "

CNJ

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA







Sistema eNATJus - Núcleo de Apoio Técnico do Poder Judiciário

Atualizado em 10/12/2025 07:11:14

Panorama

Mapa do eNatJus no Brasil

Nível NAT	Segmento de justiça	UF_tribunal	Tribunal	UF_origem da nota	Tipo de Tecnologia	Diagnóstico (CID)	Grupo de tratamento	Ano de emissão

Total de Notas Técnicas

389.641

173.597^{45%}
% de parecer favorável

Total de Processos

285.155

151.123^{53%}
% de parecer favorável

Tecnologias utilizadas

62.281

35.358^{56,8%}
% de parecer favorável

Tempo médio de emissão de parecer

Por Estado
(em Dias h:mm:ss)

9 10:49:11

Por Nota Técnica
(em Dias h:mm:ss)

11 16:14:19

Panorama das notas técnicas emitidas

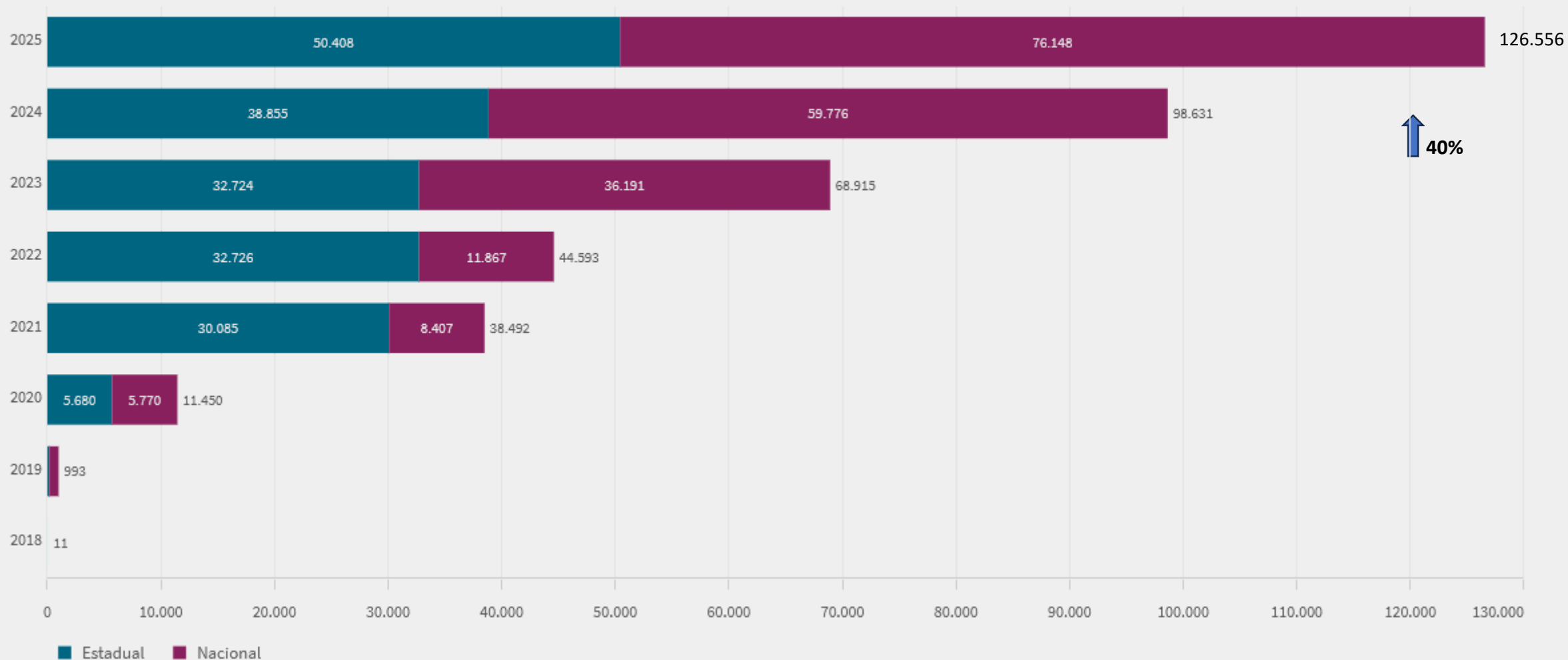
Notas emitidas por ano

Por parecer

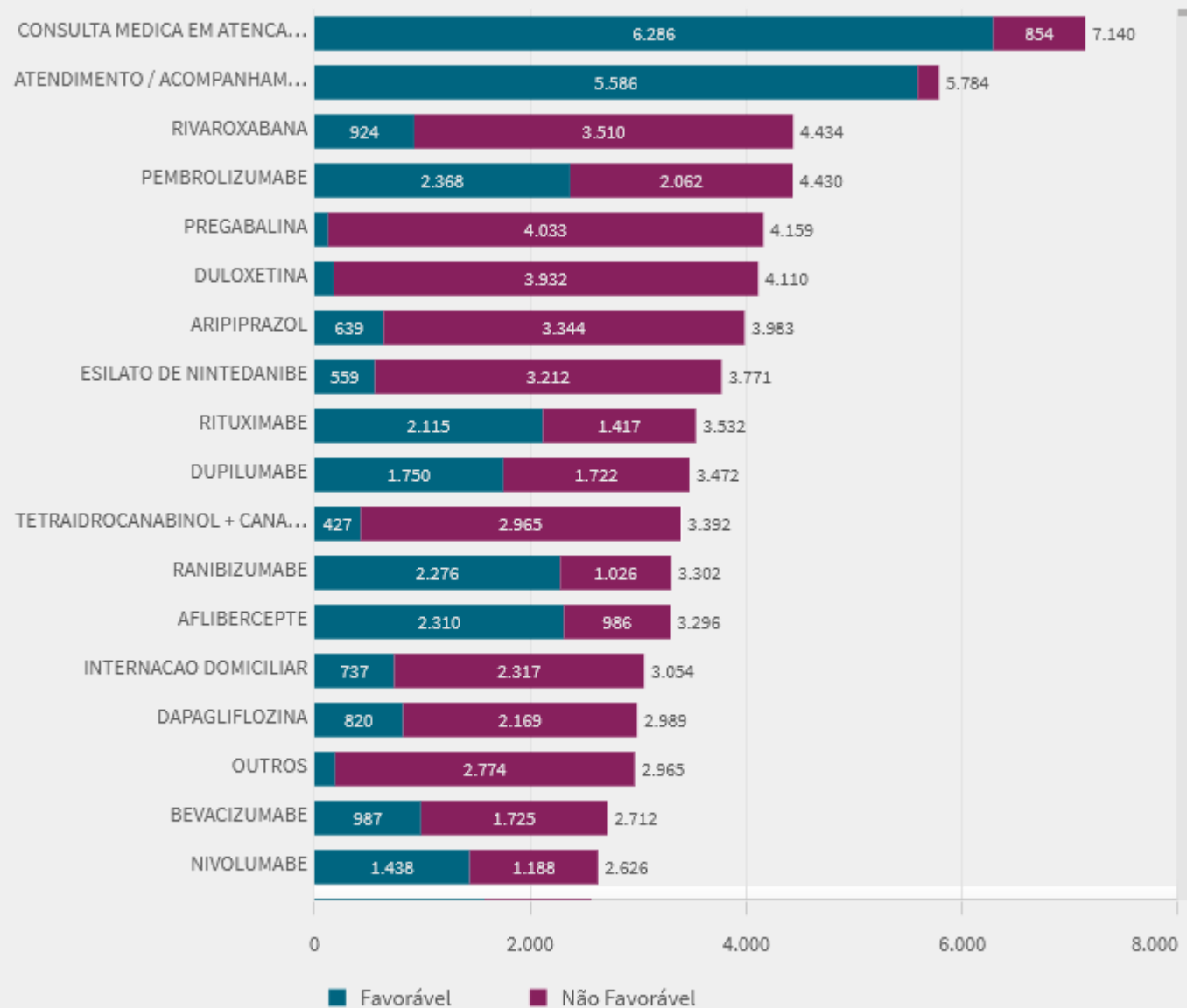
Por tipo de tecnologia utilizada

Por faixa etária

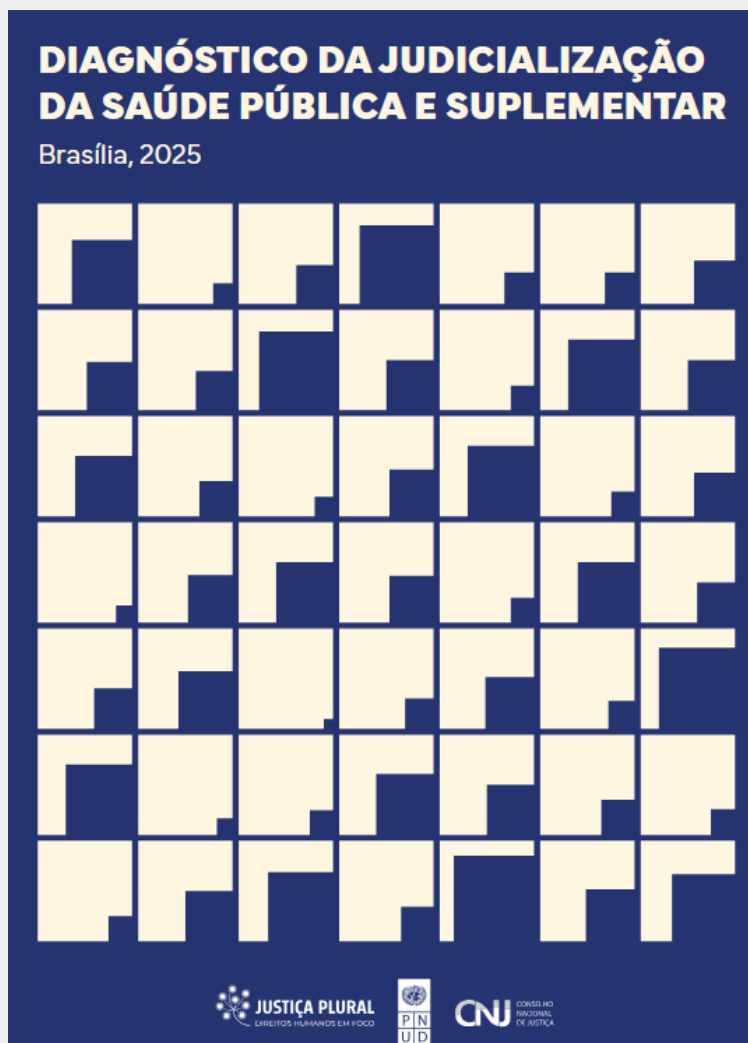
Total de notas por ano e nível NAT



Tratamentos utilizados



Fonte: Painel de Estatísticas do Sistema e-NatJus – Núcleo de Apoio Técnico do Poder Judiciário



GUIA PRÁTICO PARA OS TEMAS 6 E 1234

Fluxos para apreciação de concessão de
medicamentos em face do Sistema Único de Saúde



JUDICIALIZAÇÃO EM SAÚDE



Acesse aqui

Muito Obrigada!
gab.daianelira@cnj.jus.br